
**O NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE DR. FRANCISCO MAEDA -
FAFRAM NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO ESTUDANTE DE DIREITO E NA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE DE ITUVERAVA/SP**

BARBOSA, José Eduardo Mirandola¹

CASTRO, Renata Romani de²

LEÃO, Ercy Lucas de Souza³

MOYSES, Luiz Miguel Ribeiro⁴

ISSUE DOI: 10.3738/1982.2278.4544

RESUMO: Este artigo analisa o papel do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda, como uma ferramenta de formação e integração dos estudantes de Direito com a realidade prática do exercício profissional. Objetiva-se analisar o papel do Núcleo de Prática Jurídica como uma ferramenta essencial para a formação acadêmica e integração dos acadêmicos de Direito com a prática jurídica real, preparando-os para enfrentar os desafios do exercício profissional. Neste estudo a justificativa reside na importância de compreender e destacar o valor do Núcleo de Prática Jurídica não apenas como um recurso pedagógico, mas também como um serviço de relevância social, uma vez que oferece assistência jurídica gratuita à população em situação de vulnerabilidade econômica, ampliando o acesso à justiça. Foi utilizado o método científico dedutivo e realizadas pesquisas bibliográficas e documentais.

Palavras-chave: Núcleo de Prática Jurídica; Formação Acadêmica; Assistência Jurídica Gratuita; Direito; Responsabilidade Social.

**THE LEGAL PRACTICE CENTER OF DR. FRANCISCO MAEDA COLLEGE –
FAFRAM IN THE ACADEMIC TRAINING OF LAW STUDENTS AND IN
PROVIDING SERVICES TO THE COMMUNITY OF ITUVERAVA/SP**

SUMMARY: This article analyzes the role of the Legal Practice Center (Legal Practice Center) at Dr. Francisco Maeda College as a tool for training and integrating Law students with the practical reality of professional practice. The objective is to examine the Legal Practice Center as an essential instrument for academic development and for bridging the gap between law students and real-world legal practice, preparing them to face the challenges of the legal profession. The rationale of this study lies in the importance of understanding and highlighting the value of the Legal Practice Center not only as a pedagogical resource but also as a socially relevant service, as it provides free legal assistance to economically vulnerable populations, thereby promoting greater access to justice. The deductive scientific method was used, along with bibliographic and documentary research.

Keywords: Legal Practice Center; Academic Training; Free Legal Assistance; Law; Social Responsibility.

¹ Especialista em direito civil e processo civil pela Universidade de Franca – UNIFRAN/SP – Docente e tutor na Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM desde 2009. Advogado.

² Doutora em direito pela Faculdade Autônoma de Direito – FADISP/SP. Docente e tutora na Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM desde 2011. Advogada.

³ Bacharel em direito pela Faculdade Dr. Francisco Maeda– FAFRAM/SP. Diretora Administrativa do Núcleo de Prática Jurídica Faculdade Dr. Francisco Maeda– FAFRAM/SP de 2009 a 2023.

⁴ Pós-graduado – MBA - pela Universidade de Franca – UNIFRAN/SP. Docente e tutor na Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM desde 2009. Advogado.

1 INTRODUÇÃO

O ensino jurídico no Brasil tem evoluído no sentido de aproximar a teoria da prática, proporcionando ao estudante uma formação completa, que abarca não apenas o conhecimento doutrinário, mas também a vivência das atividades jurídicas cotidianas. O Núcleo de Prática Jurídica, muitas vezes chamado de "escritório de prática jurídica (EAJ)", é uma estrutura que facilita essa integração. Além de contribuir para a formação acadêmica, estes núcleos desempenham um papel social fundamental ao oferecer assistência jurídica gratuita para a população vulnerável.

O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM oferece ao aluno a partir do 7º ciclo a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso, proporcionando a articulação crítica entre teoria e prática, essencial para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores éticos.

Além disso, desempenha uma função social ao oferecer serviços gratuitos de assistência jurídica à população vulnerável, promovendo o acesso à justiça. Logo, este estudo aborda as finalidades pedagógicas e sociais do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM, bem como sua importância na conscientização dos alunos sobre o papel transformador da profissão jurídica.

Busca-se com a participação no acadêmico de direito no Núcleo de Prática Jurídica proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico adquirido ao longo do curso e desenvolver habilidades práticas, éticas e atitudes essenciais para o bom desempenho na carreira jurídica.

Dessa forma, ao investigar as finalidades pedagógicas e sociais do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM, o estudo pretende evidenciar sua contribuição tanto para a formação integral dos estudantes quanto para a conscientização de seu papel transformador e de responsabilidade social na comunidade.

Como metodologia, foi utilizado o método científico de abordagem dedutivo. Foram elaboradas as seguintes modalidades de pesquisa: bibliográfica e documental. As ferramentas de pesquisa foram as seguintes: livros, doutrinas, sites, legislação e dados governamentais e da própria instituição de ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

O Núcleo de Prática Jurídica é parte obrigatória dos cursos de Direito e visa à formação prática dos estudantes, permitindo que eles vivenciem, de forma supervisionada, o cotidiano da advocacia.

Devidamente estabelecida pelo Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior, através da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018⁵ que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Art. 6º A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

§ 2º As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente;

§ 3º A Prática Jurídica de que trata esse artigo deverá ser coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior (MEC, 2018)

O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda -FAFRAM, foi inaugurado no dia 15 de setembro de 2009, devidamente credenciado na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP sob o número 11739, folhas 154, livro próprio número 16.

A atuação no Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda -FAFRAM, se dá sob a supervisão de professores e professoras que são advogados e advogadas, que orientam os acadêmicos no atendimento ao cliente, na condução dos processos, preparação de peças processuais e realização de audiências. Esta experiência permite ao estudante de direito da FAFRAM desenvolver habilidades técnicas, ética profissional e postura necessária para o exercício da advocacia.

Pedagogicamente o Núcleo de Prática Jurídica contribui para o desenvolvimento acadêmico por meio da aplicação prática dos conhecimentos teóricos, logo os alunos aprendem a aplicar na prática os conceitos estudados em sala de aula, enfrentando questões e problemas reais sob supervisão de professores. Também há o desenvolvimento de habilidades jurídicas, já

⁵ <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>

que a vivência prática auxilia na construção de competências como redação de peças processuais, atendimento ao cliente e defesa em audiências. Destacando também o fomento à ética profissional, pois busca formar profissionais éticos, comprometidos com a responsabilidade social da profissão.

Além de seu objetivo pedagógico, o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM desempenha um papel crucial na promoção do acesso à justiça para populações de baixa renda. Ao prestar assistência jurídica gratuita, possibilita que pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso ao sistema jurídico, muitas vezes inacessível para aqueles com recursos financeiros limitados.

A responsabilidade social do Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM se manifesta de diversas maneiras, focadas em promover a justiça social e o acesso aos direitos fundamentais para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica.

O Núcleo de Prática oferece serviços jurídicos gratuitos a indivíduos que não possuem condições financeiras para contratar advogados particulares. Esse atendimento inclui a orientação em questões jurídicas e a representação em processos judiciais, beneficiando, em especial, pessoas que têm renda de até 3 (três) salários-mínimos⁶ mensais. Essa assistência contribui para que essas pessoas possam resolver questões legais fundamentais, como ações de família, direito do consumidor, inventários, e casos de interdição, entre outros.

Portanto, ao oferecer serviços jurídicos gratuitos, o Núcleo de Prática Jurídica cumpre uma função essencial de democratização do acesso ao sistema judiciário. Pois, sabe-se que sem este apoio em muitos casos, pessoas em situação de vulnerabilidade ficariam sem qualquer forma de defesa legal, aumentando desta forma o índice de exclusão social, o que prejudica sobremaneira o exercício da cidadania. Assim, o Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM atua para garantir que todos possam acessar seus direitos, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária.

Importante destacar que o Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM visa a conscientização e empoderamento da comunidade da cidade de Ituverava/SP, já que além da assistência prática, frequentemente são realizadas atividades e palestras para a comunidade através do Projeto “EAJ vai aos bairros”, abordando temas como direitos do consumidor, direitos de família e direitos trabalhistas. Essa atuação promove a educação jurídica e capacita a população, que passa a conhecer melhor seus direitos e a tomar decisões informadas.

⁶ artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal preceitua que a assistência jurídica integral e gratuita deve ser prestada aos que comprovem insuficiência de recursos. E Deliberação CSDP nº 089, de 08 de agosto de 2008.

Neste sentido ao envolver os estudantes do curso de direito da FAFRAM no atendimento ao público, o Núcleo de Prática Jurídica também contribui para que esses futuros profissionais compreendam a importância do compromisso social na prática jurídica. Visto que os acadêmicos são expostos a realidades diversas e passam a entender seu papel como agentes de transformação, sendo sensibilizados para as demandas da sociedade e a importância de atuar com ética e responsabilidade.

Dessarte, o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM cumpre uma função essencial ao atuar não apenas como uma extensão do aprendizado acadêmico, mas como um elo entre o ensino e a prática da responsabilidade social, gerando impactos positivos tanto na vida dos assistidos quanto na formação dos alunos.

Cotidianamente, o procedimento de atendimento no Núcleo de Prática inicia-se com a triagem do caso pelo estagiário, que identifica a demanda do assistido sob a supervisão de um professor advogado. Após a aferição dos requisitos econômicos do cliente, para que seu caso possa ser atendido através da justiça gratuita exercida. Por conseguinte, há o levantamento das informações e documentos.

Com o intuito inclusive de desafogar o sistema judiciário, as partes da possível demanda atendidas pelo acadêmico, são convidadas para uma reunião em uma das salas do Núcleo de Prática para tentativa de conciliação e acordo, que posteriormente poderá ser homologado judicialmente.

Somente frente ao insucesso na tentativa de conciliação que o estudante prepara a peça processual, que é revisada e assinada pelo professor/advogado, fazendo que o estudante continue a acompanhar a ação judicial em todas as suas fases, ou seja, desde a sua propositura até a decisão final, com o trânsito em julgado.

Conforme os relatórios anuais elaborados pelo setor administrativo do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda, até o ano de 2023 houve cerca de 5 (cinco) mil atendimentos, com a propositura de mais de mil ações judiciais, por volta de 800 (oitocentos) acordos, 152 (cento e cinquenta e dois) destes devidamente homologados judicialmente. Acolhendo e ensinando em média 55 (cinquenta e cinco) alunos por ano.

Os resultados adquiridos por todos esses anos de funcionamento indicam que o Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM representa uma experiência formativa de grande relevância para os estudantes do curso de direito, permitindo que os mesmos desenvolvam um conhecimento prático que complementa a teoria estudada ao longo do curso. Os dados mostram

ainda que os alunos que participam do Núcleo, como estagiários, demonstram maior compreensão da importância da ética e da responsabilidade social no exercício do Direito.

Destacando também que a comunidade ituveravense atendida pelo Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM é amplamente beneficiada pelo serviço de assistência jurídica gratuita, reforçando sua função de ferramenta de inclusão social.

3 CONCLUSÃO

O Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM é de suma importância tanto para a formação acadêmica dos estudantes de direito quanto para a sociedade, especialmente para comunidades em situação de vulnerabilidade. Visto que cumpre diversas funções que fortalecem a integração entre teoria e prática, promovem o acesso à justiça e preparam profissionais mais conscientes e responsáveis.

Denota-se que Núcleo de Prática permite que os alunos que lá estagiam apliquem na prática os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso. Ao participarem de casos reais, os estudantes desenvolvem habilidades essenciais como o desenvolvimento de competências profissionais, como a análise crítica, a argumentação jurídica, o atendimento ao cliente e a resolução de conflitos, também a redação de peças processuais, a realização de atendimentos jurídicos e a condução de audiências sob supervisão de professores/advogados. Essa prática proporciona um aprendizado completo e prepara os alunos para enfrentar os desafios da carreira com mais segurança e experiência.

Ao expor os estudantes às dificuldades e aos desafios que muitas pessoas enfrentam para acessar a justiça, contribui para que estes desenvolvam uma sensibilidade social e um compromisso ético com a defesa dos direitos humanos e com a responsabilidade social. Essa experiência incentiva o desenvolvimento de profissionais responsáveis e comprometidos com a justiça, conscientes de seu papel transformador na sociedade.

Outra função de extrema importância do Núcleo Jurídico da FAFRAM é a assistência jurídica gratuita para pessoas que não possuem condições financeiras de contratar um advogado, desta forma amplia o acesso à justiça e democratiza o sistema jurídico, permitindo que pessoas em situação de vulnerabilidade possam ter seus direitos garantidos.

Além de prestar atendimento jurídico, o Núcleo ao oferecer palestras e eventos de educação em direitos, o que ajuda a conscientizar a comunidade de Ituverava sobre seus direitos e deveres. Essa atuação fortalece o compromisso social da Fundação Educacional de Ituverava,

mantenedora da Faculdade Dr. Francisco Maeda - FAFRAM e torna os estudantes mais conscientes de seu papel na sociedade.

Assim, o Núcleo de Prática Jurídica da FAFRAM desempenha um papel essencial na formação de profissionais competentes e engajados, ao mesmo tempo em que cumpre uma função social importante. Ele ajuda a consolidar a responsabilidade da faculdade de Direito com a educação prática e com a promoção de justiça, formando uma ponte fundamental entre o ambiente acadêmico e a prática profissional.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 nov. 2024.

BRASIL, Defensoria Pública do Estado de São Paulo. **Deliberação CSDP nº 089, de 08 de agosto de 2008**. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/transparencia/portal-da-transparencia/legislacoes/-/legislacao/644618>. Acesso em 08 de nov. de 2024.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao>. Acesso 08 de nov. 2024